



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005796-47.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**
 Exequente: **Maria Silvia Rinaldi Mancini**
 Executado: **Banco Bradesco S/A**

Prioridade Idoso
 Justiça Gratuita

Vistos.

Maria Silvia Rinaldi Mancini ajuizou execução definitiva de título executivo judicial em face do **Banco Bradesco S.A.**, sob alegação de que o título executivo, sentença proferida em ação civil pública ajuizada pelo IDEC (processo nº 583.00.1993.808240-3, da 36ª Vara Cível da Comarca de São Paulo), reconheceu a obrigação do banco ao pagamento das diferenças de rendimentos creditados em caderneta de poupança no período, dentre outros, do Plano Verão, juntando certidão de objeto e pé do apontado processo. Requereu a citação e intimação do banco executado para pagamento da importância de R\$ 7.574,22. Juntou documentos e apresentou memória de cálculo (fls. 19/26).

O executado apresentou impugnação ao cumprimento de sentença. Arguiu, como matéria preliminar: ilegitimidade passiva, ilegitimidade ativa por ausência de comprovação de que os autores são associados ao IDEC. Arguiu a impossibilidade de incidência de juros remuneratórios e a necessidade de liquidação do julgado, além do excesso de execução. Discorreu ainda sobre a forma de incidência dos juros moratórios, da correção monetária e dos honorários advocatícios (fls. 37/78).

A exequente se manifestou sobre a impugnação ao cumprimento de sentença.

Foi proferida decisão de saneamento do processo, determinando-se a remessa dos autos ao contador judicial. Após a vinda dos cálculos (fls. 226/231), as partes se manifestaram (fls. 235/244 e 245), tendo o contador prestados os esclarecimentos necessários (fl. 250).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

É o relatório.

Fundamento e decido.

A impugnação ao cumprimento de sentença merece parcial acolhimento.

As matérias preliminares foram devidamente afastadas pela respaitável decisão de saneamento do processo e por isso estão devidamente superadas, sendo desnecessária qualquer digressão a respeito. Da mesma forma, os critérios para apuração do correto valor devido à exequente está sedimentada e inexiste controvérsia entre as partes sobre este ponto.

No entanto, foi apurado excesso de execução na conta de liquidação apresentada pela exequente em conjunto na inicial. Com efeito, o cálculo elaborado pelo contador judicial chegou a valor menor do que aquele pretendido por ela, havendo concordância de sua parte com referidos cálculos, o que acarreta sua homologação. Anote-se que houve o decote dos juros remuneratórios pleiteados.

Não subsiste o questionamento do executado em relação aos cálculos. O termo inicial dos juros moratórios e a questão da legitimidade ativa da exequente foram devidamente enfrentadas na decisão saneadora e encontram-se decididas no curso da lide. Não há qualquer óbice a que seja ultimada a execução.

Em arremate, observo que a obrigação foi satisfeita, pois a quantia depositada pelo executado no prazo legal (fl. 196) já abarcou valor relativamente superior ao perseguido pela exequente, ressaltando-se que o depósito foi realizado em conta judicial remunerada, com incidência de juros e correção monetária.

Ante o exposto, **acolho em parte a impugnação, para reconhecer o excesso de execução e fixar o valor devido aos exequentes nos termos do cálculo apresentado (fls. 226/231), os quais ora se homologa. Em consequência, em razão do adimplemento da obrigação, julgo extinta a presente execução, em sua fase de cumprimento de sentença, o que faço com fundamento no artigo 924, inciso II, Código de Processo Civil.**

Diante da sucumbência recíproca, as custas e despesas processuais serão repartidas entre as partes na proporção de metade para a exequente e metade para o executado, nos termos do artigo 86, *caput*, do Código de Processo Civil. Considerando que


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

os honorários são direito do advogado, sendo vedada a compensação, como dispõe o artigo 85, § 14, do Código de Processo Civil, arbitro os honorários por equidade em R\$ 500,00 (quinhentos reais), que deverão ser pagos pelo executado e pela exequente ao advogado da parte contrária, observados o proveito econômico obtido por ambas as partes e os critérios fixados pelo artigo 85, §§ 2º e 8º, do Código de Processo Civil, respeitado o disposto no artigo 98, § 3º, do mesmo diploma legal, pois em razão da declaração juntada aos autos, **defiro à exequente o benefício da gratuidade de justiça.**

Conforme já determinado na respeitável decisão de fls. 219/221, apenas após o trânsito em julgado é que será deferido o levantamento do valor dado em garantia na proporção devida a cada parte.

Ainda, cumpra-se o primeiro parágrafo dessa decisão, para fins de retificação do polo passivo.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 07 de abril de 2017.

Daniel Luiz Maia Santos

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**